



PLANOS E PROJETOS NA CONFORMAÇÃO DA ASPRELA, NA CIDADE DO PORTO (DÉCADAS 1940 A 1970)

Mário Gonçalves Fernandes¹
Rui Passos Mealha²

¹Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e FLUP, Av. Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal

²Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) e FAUP, Av. Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal
mgfernan@letras.up.pt; rmealha@gmail.com

Palavras chave: cartografia urbana, morfogénese urbana, planos e projetos, Porto e Asprela.

Depois de exercício anterior (“A cartografia urbana na análise morfogenética de espaços urbanos: o caso do eixo da Boavista na cidade do Porto”, no VII SLBCH - FERNANDES & MEALHA, 2017) de análise das características dos documentos cartográficos urbanos de finais do século XVIII a princípios do século XX, persiste-se no sublinhar da cartografia enquanto instrumento de conhecimento e reconhecimento da morfogénese urbana, agora com cerca de duas dezenas de documentos inseridos em doze projetos e planos, datados de entre a década de 1940 e a de 1970, os quais, com suas características de expressão próprias, contribuíram para a conformação dos territórios urbanos da Asprela - tendo sido escolhidos, nesta comunicação, 8 documentos cartográficos suficientemente ilustrativos do acervo.

No processo de suburbanização das, então, periferias da cidade do Porto a área da Asprela foi poupada porque reservada para ocupações mais exigentes que o mero crescimento e expansão decorrente da atuação dos agentes privados. Desde a decisão de localização do Hospital Escolar na Asprela, ambicionou-se para este amplo espaço então disponível, a construção de uma outra cidade (de uma centralidade singular) – a cidade universitária, subsistindo algumas indecisões entre um modelo claramente urbano ou um “campus” de inspiração anglo-saxónica – preparando-se então os correspondentes programas, reservando e comprando os necessários terrenos, e ensaiando as opções de modelo por vários estudos urbanísticos.

Entre os vários planos realizados para a cidade e para a Asprela, alguns tiveram consequências pontuais, diretas ou indiretas, ou serviram como estudos e testes dos programas dos equipamentos pretendidos, definindo serventias e acessos, e suportando ainda, durante longos períodos, a reserva e as decisões de compra, pelo Estado central, dos terrenos necessários à localização de construções da Universidade do Porto. As arquiteturas foram quase sempre realocadas e realizadas segundo modelos e imagens distintas das propostas pelos planos, sendo ainda frequente a tomada de decisões acerca de determinadas arquiteturas, ‘negociadas’ previamente ou em simultâneo com os trabalhos de elaboração de alguns planos ou projetos urbanos, que as internalizaram, o que não obsteu a alterações posteriores, nomeadamente quanto a determinadas características de algumas funcionalidades.

A construção do Hospital Escolar do Porto (HEP) correspondeu à disponibilidade de terrenos, à existência de boa serventia para a época - a Estrada da Circunvalação - e à possibilidade de melhoramento ou de constituição de



outros acessos. De resto, a localização deste equipamento correspondia já à compreensão da sua escala de influência regional. Projetado o HEP, foi decretada uma área de proteção que, rapidamente, com ajustes pontuais, constituiu o suporte de afetação de terrenos para a Cidade Universitária do Porto (CUP), cuja necessidade era manifesta com o crescimento da população escolar e com a alteração de métodos e curricula do ensino universitário.

Neste espaço descontínuo da então periferia da cidade jogavam-se interesses de afirmação do *Estado Novo*, sucessivamente frustrados pelas realizações dos seus principais intérpretes, ainda assim marcados por opções funcionalistas e ecléticas. Os fragmentos foram-se acumulando já em período democrático, até ao limite da saturação, por programas avançados de investigação e de transferência de novas tecnologias, ligados aos centros de investigação das faculdades, assistindo-se assim à conformação de novas formas complexas da cidade que, tal como na cidade 'fordista', manifesta propensão para a especialização e diferenciação de funcionalidades, agregando no território da Asprela, como polaridade tripartida, uma cidade universitária, de saúde e de inovação tecnológica, na qual projetos e planos tiveram, e têm, um papel incontornável.

OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

Para uma área periférica e de matriz rural como foi a Asprela até meados do século XX, não se alimentam expectativas de encontrar documentos cartográficos de grande escala relativos às três primeiras fases reconhecidas da cartografia urbana portuguesa, diferenciadas com base nas características dos documentos, nomeadamente as simbologias e os elementos do mapa, bem como à respetiva organização. De facto, são poucos ou inexistentes os documentos cartográficos relativos à Asprela e datáveis da fase moderna, a partir de Manoel de Azevedo Fortes e abarcando o século XVIII e parte do século XIX, da fase contemporânea, que inclui grande parte do século XIX, ou da fase de transição, que contém a primeira república (1910-1926) e vai até aos anos trinta (FERNANDES & MEALHA, 2017, pp. 114-115).

Assim, apesar da Carta Topográfica da Cidade do Porto, de 1892 e de A. G. Telles Ferreira, a generalidade dos documentos cartográficos sobre a Asprela enquadram-se na quarta fase, que abarca, genericamente, o Estado Novo (1933-1974) e apresenta características técnicas e estéticas próprias. Nesta fase, persistem características anteriores, decorrentes da normalização da imagem dos projetos para obras públicas, a partir da organização dos elementos do mapa numa espécie de "página de rosto" (FERNANDES & MEALHA, 2017, p. 112), como os exemplares das figuras 1 e 2, da década de 1940, exemplificam. No entanto, também nesta fase se assiste a uma profunda transformação da imagem dos documentos cartográficos associados a planos e projetos urbanos, a qual decorreu de uma nova conceção do planeamento e o urbanismo, promovida pela ação e visão do Engº Duarte Pacheco e assente nas ideias veiculadas por arquitetos franceses convidados, como se afirmou noutra oportunidade (FERNANDES, 2005, pp. 73-74).

Essa importante transformação aconteceu, em primeiro lugar, pela decisão política crucial de Duarte Pacheco de encetar a sistematização da cartografia e do planeamento urbanos em Portugal, dotando as câmaras municipais dos instrumentos cartográficos modernos imprescindíveis à elaboração de planos e anteplos, o que levou, entre 1938 e 1942, à produção e profusão de cartografia urbana de base, de grande escala (1:1.000 ou 1:2.000), relativa



à totalidade dos aglomerados e concretizada, com rigor, pela Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Lda.. O recurso à fotogrametria e a novas técnicas de impressão e reprodução, permitiu delinear uma imagem gráfica estandardizada, com características estéticas particulares que se adequaram à imagem forte e depurada, consciente e normalmente procurada para a propaganda do regime.

Depois, porque a escola francesa de urbanismo, que se afirmava desde o início de Novecentos, encarava o urbanismo como arte, ciência e profissão e apresentava o urbanista como personagem, treinado no ofício e pretensamente imune a interesses (AGACHE, 1923, pág. 142), que liderava uma equipe multidisciplinar, definindo e sintetizando propostas e privilegiando sempre o desenho, sendo, portanto, um arquiteto. Para desenvolver o seu trabalho era imperioso que o urbanista-arquiteto se alimentasse com informações rigorosas, como as que resultavam do trabalho dos “aviadores-topógrafos” e dos “fotógrafos-topógrafos”, dos inquéritos exaustivos, da análise e da observação; partindo *do geral para o particular*, funcionando por aproximações e por esboços, começando por delinear *l'avant-project*, onde deveria introduzir um esquema de zonamento (AGACHE, 1923, pág. 145). O estudo propriamente dito do *plan directeur*, deveria assentar no estabelecimento do traçado das vias de comunicação e precisar as indicações relativas aos espaços livres, tendo sempre em conta que “cada aglomeração requer as soluções que lhe são próprias e a experiência artística do urbanista pode só entrever e fazer entrever” (AGACHE, 1923, pp. 147-149).

Esta conceção de urbanismo, explicitada por Donnat Alfred Agache (1923), fora consagrada na francesa lei Cornudet, elaborada em 1919, sendo o resultado de debates iniciados na *Commission d'hygiène urbaine et rurale du Musée Social*, a antecessora da *Société Française des Urbanistes*. A escola francesa de urbanismo teria importante influência em termos internacionais, nomeadamente em Portugal, onde Donnat Alfred Agache (secretário-geral da *Sociedade Francesa de Urbanistas* e membro da comissão executiva do *Congrès Internacional de Urbanisme*), convidado por Duarte Pacheco em 1933, exerceria influência assinalável, quer na legislação sobre planos gerais de urbanização de 1934, quer nas práticas profissionais, como as características dos documentos cartográficos evocam.

De facto, Donnat Alfred Agache, foi ao pormenor de determinar os tipos de cartografia a elaborar, a escala adequada (1:2000), bem como as cores a utilizar nos zonamentos: violeta escuro para zonas industriais, castanho escuro e ocre para as partes de habitações antigas e novas, verde escuro para a zona agrícola, verde claro para os “espaços novamente plantados” (AGACHE, 1923). Evidência do respeito estrito desta prescrição é a planta síntese do *Anteplano Regional do Porto*, de Antão de Almeida Garrett e de 1946 (Figura 3), como o são as dezenas de cartogramas do Plano Regulador da Cidade do Porto, também de Antão de Almeida Garrett, mas de 1952 (Cartograma 15, Figura 7).

Naturalmente, também existiam exceções, sendo sempre possível encontrar cartografia que não respeite os cânones. Por um lado, pode acontecer a alteração generalizada das convenções aceites e praticadas, como é o caso da utilização da cor vermelha para traçar elementos a concretizar (Figuras 2 e 5) e do amarelo para as pré-existências (Figura 5), quando as regras clarificadas por Manoel de Azevedo Fortes, em 1728, explicitavam que “Toda a obra em projecto para executar, se lava de amarello” (FORTES, 1728, p. 411) e assim se fazia ainda em finais do século XIX. Por outro lado, existem sempre personalidades mais marcadas e criativas de cujo labor

resultam documentos cartográficos diferenciados, por vezes de grande riqueza gráfica, mais ou menos sóbrios, mais ou menos excessivos.

Entre os sóbrios, mas diferentes e inovadores, podemos assinalar a carta Distribuição por fogos e Agrupamentos do Anteplano Regional do Porto, 1946, de Antão de Almeida Garrett (Figura 4), a peça de Arménio Losa do Anteplano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar, 1954 (Figura 6) ou a Planta Geral de Apresentação do Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, 1973, de Luiz Cunha (Figura 8), enquanto em relação aos excessivos reassignalamos o Cartograma 15 (e a generalidade dos cartogramas) do Plano Regulador da Cidade do Porto (Figura 7), desde logo pelo excesso de protagonismo gráfico atribuído a alguns elementos, como a indicação da orientação, mas principalmente pela representação do medalhão heráldico do município, qual “minhatura” que Manoel de Azevedo Fortes, já em 1728, pretendia expurgar do desenho cartográfico que se queria com imagem técnica e de rigor (FORTES, 1728, p. 410).

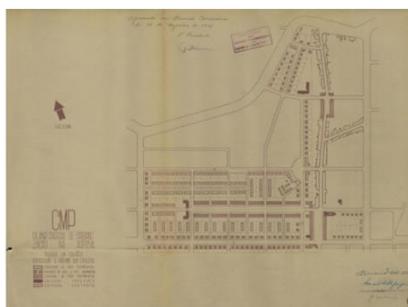


Figura 1 –
Plano Parcial de Urbanização na Areosa, desenho n.º 9 – Divisão em Talhões/ Disposição e Volume dos Edifícios, 1944, Arménio Losa e Bernardo Rodrigues.

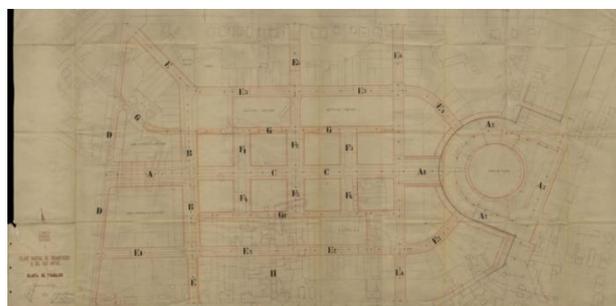


Figura 2 –
Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Planta de Trabalho, Abril de 1945.



Figura 3 –
Anteplano Regional do Porto, Porto e Arredores, 1946, Antão de Almeida Garrett.



Figura 4 –
Anteplano Regional do Porto, Porto. Distribuição por fogos e Agrupamentos, 1946, Antão de Almeida Garrett.

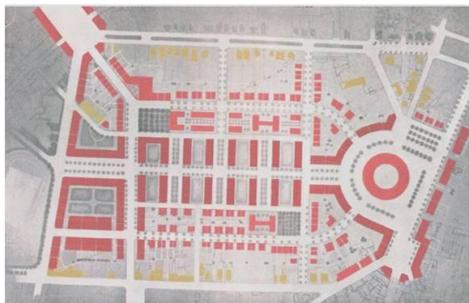


Figura 5 –
Plano de Urbanização a sul das Antas, 1962,
Arménio Losa.



Figura 6 –
Antepiano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar, 1954,
Arménio Losa.



Figura 7 –
Plano Regulador da Cidade do Porto, 1952,
Antão de Almeida Garrett, 'Espaços Verdes'
(Cartograma 15 de 32).

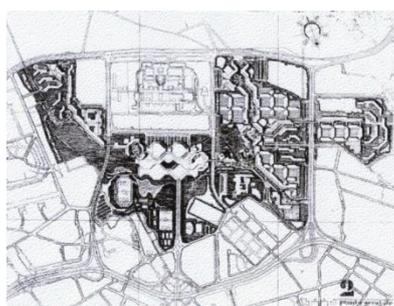


Figura 8 –
Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, Planta Geral de Apresentação, 1973, Luiz Cunha.

A ASPRELA – UMA SINOPSE

O tempo curto coexiste com o tempo longo na formação da Asprela, tratando-se de um processo claramente experimental entre programas, planos e projetos, condicionados pelos planos regionais e da cidade que se remeteram aos princípios gerais, mais estáveis, de estruturação urbanística e ambiental, vertidos em propostas de classificação do solo e de definição das áreas verdes e dos sistemas viários estruturantes preconizados para o sector da Asprela.



O Hospital Escolar do Porto (HEP), réplica do Hospital de Sta. Maria em Lisboa projetado em 1938 por Hermann Distel, foi implantado em 1941 na frente da Estrada da Circunvalação (circular perimetral do território concelhio) por estudo urbanístico desenvolvido no Gabinete de Urbanização da CMP com a colaboração de Giovanni Muzio, tendo as obras sido concluídas em 1959. A sua composição clássica e sua escala monumental modificaram radicalmente toda a zona da Asprela, impondo-se de forma determinante na paisagem, tendo sido porventura a principal razão da escolha da área central da Asprela para localização da futura Cidade Universitária do Porto (CUP), a par da disponibilidade em terrenos, embora em parte impróprios para construção (lameiros), mas adequados para a constituição de um parque urbano.

Num período de cerca de três décadas, foram elaborados diversos planos e estudos urbanísticos para a Asprela, desenvolvidos pelos serviços técnicos do município e por consultores externos, abarcando os terrenos reservados para as instalações da CUP e áreas de enquadramento envolventes, para estruturação dessas áreas, nomeadamente no que respeita à sua articulação mútua e com a área central do Porto.

Arménio Losa exerceu entre 1939 e 1945 o cargo de Director do Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização da Câmara Municipal do Porto, promovendo a integração dos diversos processos preparatórios do Antepiano Geral de Urbanização da cidade (Antão de Almeida Garrett, 1947), definindo e concertando os seus princípios orientadores. A sua ligação com a autarquia perdurou ainda durante muito tempo, enquanto consultor dos serviços técnicos e autor de diversos estudos urbanísticos. No plano de 1956/1957, Arménio Losa projetou extensas áreas residenciais desde o Amial à Areosa, com base no modelo funcionalista, utilizando os princípios da Unidade Residencial e da Unidade de Vizinhança, e uma grande zona de parque que inclui a futura CUP, cujos pavilhões são articulados em “clusters”.

Luiz Cunha trabalhou no Gabinete de Urbanização da CMP entre 1957 e 1966, assessorando Robert Auzelle na elaboração do Plano Director da Cidade do Porto (1960-1962), tendo adotado nos seus planos da Asprela uma linguagem expressionista e eclética, representando os projetos urbanos com resolução arquitetónica e opções morfológicas precisas e multifuncionais, de que resultam espaços urbanos bem caracterizados, estabelecidos em sistemas de proximidade, mas simultaneamente flexíveis, reconhecendo (e desenhando) assim a imprevisibilidade de algumas das suas vertentes programáticas.

No Plano Estrutura de 1973 e no Plano do Pólo II de 1987/1988 que terá finalmente marcado, entre outros aspetos, o alinhamento e localização da FEUP (Pedro Ramalho e Luís Ramalho, 1994), Luiz Cunha ensaiou (e conjugou) várias alternativas morfotípicas como edifícios isolados alinhados, conjuntos articulados por galerias e mega edifícios compactos, cuja representação recorre frequentemente a composições com linguagem arquitetónica explícita.

No espaço descontínuo da então periferia jogaram-se interesses de afirmação do regime político, sucessivamente frustrados pelas propostas urbanísticas dos principais projetistas, ainda assim marcadas pela conjugação de opções funcionalistas, ecléticas e racionalistas, mas não de inspiração classicizante, nem alinhadas a estilos com conotações ideológicas evidentes.



REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

- Figura 1 - *Plano Parcial de Urbanização na Areosa, desenho n.º 9 – Divisão em Talhões/ Disposição e Volume dos Edifícios*, 1944, Arménio Losa e Bernardo Rodrigues, escala 1:2.500, 57x42 cm, CMP, Serviços de Urbanização e Obras, carimbado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização/Repartição de Estudos de Urbanização, (ass. supra) pelo Presidente da CMP, Jorge Viterbo Ferreira com a inscrição 'Aprovado em Reunião Camarária de 14 de Dezembro de 1944', SNIT, DGOTDU.
- Figura 2 - *Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Planta de Trabalho*, Abril de 1945, escala 1:500, CMP (ass, supra) Bernardo Rodrigues, Luís Ramos et al. Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.
- Figura 3 - *Anteplano Regional do Porto, Porto e Arredores*, 1946, Antão de Almeida Garrett, escala 1:50.000, 86x120 cm, CMP. Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.
- Figura 4 - *Anteplano Regional do Porto, Porto. Distribuição por fogos e Agrupamentos* (Porto e sua área de influência), 1946, Antão de Almeida Garrett, escala 1:50.000, 86x120 cm, datado de 1940, CMP, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.
- Figura 5 - *Plano Regulador da Cidade do Porto*, 1952, Antão de Almeida Garrett, 'Espaços Verdes' (Cartograma 15 de 32), escala 1:20.000; 75x44 cm. Arquivo Histórico SNIT-DGOTDU; Separata da Revista Civitas.
- Figura 6 - *Anteplano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar*, 1954, Arménio Losa, escala 1:5.000, 84x65 cm, in catálogo da Exposição "Património da ESBAP e FAUP", UP 1987, p. 11 [SNIT, DGOTDU].
- Figura 7 - *Plano de Urbanização a sul das Antas*, 1962, Arménio Losa, escala [1:500]. Fonte: Plano Director da Cidade do Porto, (Plano Auzelle), Volume II, Arquivo Histórico Municipal do Porto, CMP.
- Figura 8 - *Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto*, Planta Geral de Apresentação, nº 2, 1973, Luiz Cunha, escala 1:2.000, [repositório temático da UP, po-595, 0058].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGACHE, Donnat Alfred, **Comment on fait un plan de ville, Les étapes d'une urbaniste conçue suivant l'esprit et la lettre de la loi du 14 mars 1919**, in Ou en est l'urbanisme, Actas do Congrès Internacional de Urbanism et d'Hygiène Municipale. Strasbourg : Ed. Société Française des Urbanistes, pp. 141-151, 1923.
- FERNANDES, Mário G. & MEALHA, Rui P., **A cartografia urbana na análise morfogenética de espaços urbanos: o caso do eixo da Boavista na cidade do Porto**. Belo Horizonte: UFMG, Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico, Vol. 26, pp. 104-127, 2017.
(<https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnbj/article/view/16229/13018>).
- FERNANDES, Mário G. (Org.), **A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo**. Porto: FLUP, 2021. (DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898969798car>).
- FERNANDES, Mário G., **Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal. Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926**. Porto: FAUP Publicações, 2005.
- FORTES, Manoel de Azevedo, **O Engenheiro Portuguez**. Lisboa: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728 (Tomo Primeiro), 1729 (Tomo Segundo).
- MEALHA, Rui P., **Aspectos da actuação urbanística entre programas, planos e projectos. Programas, tempos e formas do projecto urbano – a carta da Asprela**. Tese de doutoramento. Porto: FAUP, 2015.
(<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/133251>).